

MEDO, FETICHE E ESPETACULARIZAÇÃO NA POLÍTICA DE JUVENTUDE EM PERNAMBUCO

Marcílio Dantas Brandão¹

Resumo

A menção à participação popular é recorrente na administração pública e tem sido empregada no que muitos gestores chamam de “construção da política de juventude”. Sob esta constatação, investiguei o projeto “Dialogando: o governo do Estado ouvindo os jovens pernambucanos”, realizado entre os meses de julho e agosto de 2007 com o objetivo de produzir um diagnóstico da condição juvenil e colher subsídios para a dita política em Pernambuco. Refleti sobre as experiências vividas durante o projeto, associando análise de documentos do governo estadual e informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa revelam grande diferença entre as demandas populares e o orçamento público, bem como sinalizam efeitos que ultrapassam os objetivos explícitos no discurso governamental. Isto me faz convergir com críticos que apontaram o fetiche e a espetacularização da participação popular em uma política que se erigiu sob o signo do medo.

Palavras-chave: Representação. Participação popular. Juventude. Administração Pública.

¹ Doutorando em sociologia, co-tutela internacional UFPE e EHESS.

FEAR, FETICHE AND SPECTACULARIZATION IN PERNAMBUCO'S YOUTH POLICY

Abstract

The mention of popular participation is recurrent in public administration and has been employed in what many managers call “youth’s policy construction”. I investigated the project “In dialogue: the state government hearing the youth of Pernambuco”, held between the months July and August 2007, in order to produce a diagnosis of juvenile condition and collect subsidies for the said policy in Pernambuco. I reflected on the experiences during the project, involving document analysis of the state government and information collected through semi-structured interviews. The investigation results show a big difference between popular demands and public budget and also points out effects that go beyond the objectives explicit in the government’s discourse. It led me to converge with critics that pointed the fetish and the spectacularization of popular participation in a policy that was erected under the sign of fear.

Keywords: Representation. Popular participation. Youth. Public administration.

Durante a gestão municipal de Gustavo Krause em Recife (1979-1982), o governo voltou a desempenhar um papel importante de apoio aos jogos democráticos, fortalecendo estratégias fundadas na ideia de participação popular. A autorização para participar de certas iniciativas apoiadas pela Prefeitura dependia da organização dos atores em coletivos, como associações comunitárias. Isso estimulou a multiplicação desse tipo de organização que, segundo Avritzer (2003: 17), saltou, nesta cidade, de 17 em 1977 para 57 em 1982. Mais tarde, as condições que continuaram a ser impostas pelo governo municipal para avalizar a participação popular foram denunciadas como uma sorte de fetichização das associações comunitárias (LEAL, 2003). A crítica deste tipo de participação aponta que os governos têm se referido a essas organizações como se fossem dotadas de poderes sobrenaturais que assegurassem aos associados a possibilidade de realizar intervenções eficazes e positivas na elaboração e controle das políticas públicas.

Entretanto, as origens do discurso de participação popular em Pernambuco remontam, no mínimo, à década de 1950, quando líderes políticos estaduais já pautavam o tema. A literatura sociológica converge para a ideia de que os usos desse ideário têm sido bastante distintos e, por vezes, os efeitos diferem das intenções explicitadas em discursos de gestores e parlamentares que o empregam desde antes da ditadura militar

(TOMMASI, 1997; LEAL, 2003; LUBAMBO & COELHO, 2005). A análise da recente elaboração da política de juventude em Pernambuco – objeto deste texto² – mostra mais uma forma pela qual a participação popular tem sido usada pelo governo não somente para elaborar estratégias em conjunto com os atores diretamente interessados, mas também – e, talvez, principalmente – para se fazer reconhecer como herdeiro do legado de velhas lideranças políticas, notadamente Miguel Arraes³.

Surgimento da “política de juventude” em Pernambuco

Sposito e Carrano (2003, p. 17), destacam que “somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política e ocupam a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o ‘estado de coisas’”, passando a ocupar espaço entre o que os autores, seguindo Rua (1990), denominam “problemas políticos”. A juventude, assim compreendida, é uma novidade. Abramo (1997, 2005) acrescenta que esta nova condição motivou a multiplicação de referências, inquietações e ações dirigidas a este

² Baseado em pesquisa de mestrado (BRANDÃO, 2011).

³ No começo de 2007, Eduardo Henrique Acciolly Campos, neto do ex-governador Miguel Arraes, assumiu o governo de Pernambuco em meio a grandes expectativas de que faria um governo mais comprometido com as classes populares e, ao mesmo tempo, conseguiria reinserir Pernambuco em uma trajetória de desenvolvimento econômico. O mencionado avô de Eduardo Campos esteve em três gestões à frente do Governo do Estado, tendo sido cassado e preso pelos militares em exercício de seu primeiro mandato no ano de 1964. O falecimento de Arraes, em agosto de 2005, o impediu de ver o neto ocupar seu antigo posto e ocupar – como ele próprio havia feito – as posições mais importantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No entanto, o legado familiar serviu para difundir na população uma certa mística de que o jovem descendente pudesse continuar as missões iniciadas pelo falecido.

conjunto tão amplo quanto diversificado. As pessoas com idade entre 15 e 29 anos, que agora são chamadas de jovens pelo Governo Federal e de Pernambuco não eram reconhecidas até recentemente entorno de uma identidade comum.

Dessa forma, o início de uma categoria específica de jovens no campo governamental é um fato relativamente novo ou ainda desconhecido no Brasil. Retomando o que apontei em Brandão (2012), vale frisar que essa novidade é acompanhada de uma grande disputa dos sentidos do trabalho dos governos para com as juventudes. A restrição da juventude à categoria “estudante” ainda está se processando em meio a três principais enfoques de atuação que não poderei desenvolver aqui, dado os limites e o objetivo deste texto, mas posso sinteticamente apresentar em termos de “transição para a vida adulta”, “problema social” e “protagonismo”. Nessa disputa, as ONGs e, sobretudo, as fundações privadas e os organismos internacionais que as financiam, têm um importante papel por desenvolver experimentos baseados nos diferentes enfoques, mas sobretudo por difundir uma noção de protagonismo juvenil que se tornou célebre pela difusão dos trabalhos de Antônio Carlos Gomes da Costa (para ficar em um marco inicial desta difusão, cito apenas COSTA, 1996) e foi devidamente analisada por Souza (2008).

Na história recente de Pernambuco, a escalada de violência e mortes entre jovens, maus resultados escolares e péssimas expectativas de trabalho foram apresentados como os principais fatores que levaram à difusão de problemas vividos notadamente por jovens pobres. A difusão se intensificou a partir de 1998⁴, mais ainda quando o governo federal ampliou suas ações com jovens nos anos subsequentes. As organizações da sociedade civil multiplicaram suas iniciativas, respondendo, muitas vezes, a oportunidades abertas por novas ações governamentais. O governo estadual não ficou mudo e inerte em relação às informações que apresentavam o Estado como um dos piores lugares para viver a juventude.

Mesmo que o governo realizasse há muito tempo atividades voltadas para jovens⁵, a ascensão de um governador alinhado com o governo federal, em 2007, deu maior visibilidade à questão no interior da administração estadual. Documentos difundidos a partir de 2007 ratificaram discursos do governador, ampliando atenção a essa parte da população, como é possível verificar em: Plano Estadual de Segurança Pública – “Pacto pela Vida” (PERNAMBUCO, 2007a), Plano Plurianual 2008-2011 (PERNAMBUCO, 2007b) e Plano Estadual de Juventude (PERNAMBUCO, 2008). Todos

⁴ Ano de lançamento do primeiro livro da série bienal intitulada “Mapa da Violência no Brasil” (WAISELFISZ, 1998). Organizada por um sociólogo que viveu em Recife, a série é largamente mencionada por atores que se mostram inquietos com os problemas vividos pelos jovens. Sangari (2011) afirma que um único número desta série (o de 2010) foi citado 52 mil vezes na internet durante os nove meses posteriores a seu lançamento.

⁵ Merece destaque a construção de escolas e os seminários pedagógicos criados no primeiro Governo de Agamenon Magalhães, na década de 1930, anunciando preocupações com o tempo ocioso e o futuro dos jovens, especialmente dos jovens pobres (MIRANDA, 2008).

ressaltam preocupações relativas a jovens e atestam que, à época, a juventude passou ao centro do discurso governamental.

Após a eleição de 2006, em Pernambuco, formou-se uma Comissão de Transição com representantes do governo que se encerrava e correligionários do governador eleito. Convidada à “Roda Permanente de Diálogo sobre Políticas Públicas e Juventudes”⁶, esta Comissão enviou um representante que anunciou a instalação de órgão público especificamente dirigido à juventude e a ampliação das ações de enfrentamento aos problemas que afetavam os jovens do Estado e levavam-no às piores posições no *ranking* nacional elaborado sob a coordenação de Waiselfisz (2007)⁷. A urgência em resolver problemas que afetavam principalmente os jovens foi mencionada em pronunciamentos do novo governador, mas notadamente por assistentes e altos funcionários ao longo do primeiro ano do mandato. A

⁶ Reunião periodicamente organizada em Recife por ONGs e movimentos sociais para dialogar acerca de questões que afetam jovens. Tendo início em 2002, a Roda representou um espaço importante para discutir as políticas públicas de juventude na região. Em alguns encontros foram convidados representantes governamentais para apresentar atividades que inspiravam reflexões.

⁷ O autor é um sociólogo argentino que viveu em Recife atuando como responsável pelo escritório da UNESCO em Pernambuco e contando com o apoio de organismos internacionais para realizar suas investigações, notadamente acerca de educação e violência. Em 2003, Waiselfisz estabeleceu residência em Brasília, onde passou a coordenar o setor de pesquisa da representação brasileira da mesma instituição internacional. Em seu novo posto, intensificou os contatos com gestores e parlamentares, contribuindo para a repercussão de suas ideias. Os mapas da violência elaborados por ele influenciaram bastante o governador de Pernambuco a dar início a ações denominadas pelo termo “política de juventude”. O ranking exposto nestes mapas foi muitas vezes citado pelo chefe do Executivo estadual e o autor foi convidado para falar em eventos como a Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude, realizada em 2008, ocasião em que pareceu o principal convidado, falou mais do que todos os outros e teve sua intervenção assistida do começo ao fim pelo staff de governo, incluindo o próprio governador.

escalada da violência entre jovens está presente no texto de introdução do Plano Plurianual elaborado durante este mandato para o período 2008-2011 (PERNAMBUCO, 2007b).

Apesar de alguns militantes da sociedade civil, assistentes e consultores do governo questionarem se o enfrentamento à violência deveria ser o foco da atuação do órgão criado para coordenar as ações governamentais em benefício de jovens, o início do trabalho da Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE) foi marcado pela ideia de que os jovens eram as vítimas prioritárias das mortes por causa violenta. Apesar dessa concepção não estar explícita na Lei estadual (n. 13.205, de 19 janeiro 2007) que criou a Secretaria, o cotidiano de trabalho no órgão era marcado por discussões sobre esse tema e os discursos do Secretário enfatizavam a urgência de resolver o problema da violência entre jovens. No início de 2007, a discussão do Plano Estadual de Segurança Pública envolveu a SEJE; o titular da pasta e alguns de seus principais assessores acompanharam este planejamento.

Ao final de 2007, o PRONASCI⁸ definiu como foco o aprimoramento das forças de segurança pública e a redução da violência contra jovens e mulheres, para tanto, o governo federal priorizou dez regiões metropolitanas do Brasil que apresentavam maus índices de segurança, incluindo a

⁸ PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, criado em 2007, desenvolvido sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, em parceria com governos estaduais e municipais.

Região Metropolitana de Recife. A SEJE se mobilizou para aproveitar as oportunidades abertas pelo conjunto de medidas que integravam este Programa que apontava os jovens como a parcela da população mais afetada pela violência.

No mesmo ano de 2007, Eduardo Campos havia assumido o mandato de governador de Pernambuco anunciando a juventude como uma prioridade social de seu governo. Outras prioridades explicitadas no início do mandato foram a segurança pública e a igualdade de gênero. Dado que sua campanha difundiu que as ações do governo seriam realizadas “de acordo com a vontade popular”, era bastante oportuno consultar a população sobre como enfrentar as dificuldades vividas pelos jovens.

Vê-se, portanto, que a discussão sobre a consulta popular à juventude pernambucana se iniciou antes mesmo da instauração oficial da SEJE e quando a nova Secretaria tomou forma, surgiu um órgão com dupla missão. De um lado, tinha responsabilidade de coordenar ações realizadas por diferentes setores do governo. De outro, tinha de executar ações para melhorar as oportunidades de trabalho e renda. O caráter executivo da SEJE justificou sua sobreposição a uma importante estrutura pré-existente: as “Agências do Trabalho”. Dispondo de mais de vinte escritórios no interior do Estado, estas Agências tinham a missão de qualificar trabalhadores e dinamizar o mercado de trabalho da região, sendo, portanto, a estrutura responsável pela

execução da política de trabalho e renda. As Agências dispunham de um número de servidores muitas vezes superior ao que cabia à SEJE, de acordo com a referida Lei que a instaurou. Ademais, o orçamento das Agências de Trabalho de Pernambuco era majoritariamente assegurado por transferência de recursos, notadamente do Ministério do Trabalho e Emprego e do Sistema Nacional de Emprego.

A grande afluência de interessados nas atividades promovidas pela nova Secretaria e a ausência de críticas ao seu desenho institucional, levam-me a supor que a associação entre emprego e juventude não tenha sido considerada como aspecto negativo. Nesta época, alguns militantes falavam da ascensão do novo governador como uma oportunidade de alinhamento dos interesses governamentais e populares. A decisão do governo de criar a SEJE como uma Secretaria Especial, vinculada ao Gabinete do Governador (Governadoria), reforçou a impressão de maior proximidade e engajamento direto do chefe do Executivo com a coordenação dessa política de juventude que seria realizada junto com a política de trabalho e renda. Isto foi visto como oportuno porque representava a disponibilidade de recursos financeiros e estrutura para realizar atividades nas diversas regiões do Estado. Assim, o novo órgão iniciou suas atividades com uma boa acolhida por parte de jovens, militantes da sociedade civil e colaboradores de ONGs que frequentemente atendiam aos convites para debater com representantes do governo.

Agestão da SEJE era composta de 1 Secretário, 1 Secretário Executivo, 1 Superintendente Financeiro e 3 gerentes-gerais (Articulação, Trabalho e Economia Solidária), além de 27 gerentes das Agências do Trabalho. Havia também alguns assessores que desempenhavam papel importante junto aos gestores, notadamente os assessores jurídicos. Nenhum destes cargos era especificamente voltado às ações com jovens, mas a obscura Gerência de Articulação foi responsabilizada pelo planejamento participativo da “política de juventude” e pelo monitoramento e coordenação das ações que o governo realizava para jovens por meio de seus diferentes órgãos. Como titular da pasta, foi escolhido um economista, militante do PSB, que havia acumulado a experiência de mais de 10 anos de assessoria ao novo governador; como Gerente de Articulação, escolheu-se um jovem líder do Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido Comunista do Brasil (PcdoB), aliado do governo que dispunha de mais longa tradição entre jovens, não foi incluído na gestão deste órgão porque concentrou seus esforços em áreas que julgava mais consolidadas, como educação, esporte e lazer.

Antes da existência formal da SEJE, uma pequena parte do grupo que viria a compor a Secretaria elaborou um plano de ação (PERNAMBUCO, 2006) baseado em três eixos: institucional, operacional e executivo. No primeiro, concentram-se metas referentes à construção de diretrizes e pressupostos legais que deveriam durar além do mandato de Eduardo

Campos. Em resumo, estas diretrizes e leis podem ser compreendidas como sendo a “política de juventude” que o novo governo pretendia estabelecer e legar a seus sucessores, ou seja, não se trata necessariamente de realizar novas atividades com jovens, mas reformar a legislação e gerir de um modo inovador que maximiza resultados. Neste eixo institucional também estava prevista a realização de uma “Caravana de Escuta da Juventude”. A “Caravana”, finalmente realizada sob a denominação de Projeto “Dialogando: o governo do Estado ouvindo os jovens pernambucanos”, buscou “aprofundar o conhecimento das condições de vida dos jovens nas diferentes regiões do Estado e colher subsídios para planejar e executar a política de juventude” (PERNAMBUCO, 2007c).

Demandas do Projeto Dialogando

O projeto Dialogando foi desenvolvido sob a coordenação da mencionada Gerência de Articulação. Desde seu planejamento, foram envolvidos colaboradores de ONGs e duas dessas organizações foram contratadas pelo governo para executar a consulta popular que foi realizada com o objetivo explícito de promover a participação popular na construção da política de juventude em Pernambuco. Uma das ONGs envolvidas realizava atividades com jovens há alguns anos e era reconhecida por muitos atores como uma instituição bem qualificada para esse trabalho. O

marco inicial do envolvimento de profissionais de ONGs com este processo foi o último encontro em 2006 da “Roda Permanente de Diálogo sobre Políticas Públicas e Juventude”. Na ocasião, o economista que viria a ser Secretário de Juventude e Emprego desafiou os presentes a pensar formas de favorecer a participação juvenil na construção da política de juventude de Pernambuco.

No início do ano seguinte, alguns organizadores da Roda foram convidados para uma reunião na sede provisória da nova Secretaria. Ali foram apresentados os gestores da SEJE e o que antes fora nomeado “desafio” passou a ser tratado como um convite à “parceria” e à ação conjunta, um convite do governo para que aqueles profissionais elaborassem o que ainda vinha sendo chamado de “Caravana de Escuta da Juventude”. Muitas reuniões se sucederam, consolidou-se a participação de alguns profissionais de ONGs na rotina de trabalho da Secretaria, a Assessoria de Comunicação do governo mudou o nome da “Caravana” afirmando que o governo também tinha algo a dizer aos jovens pernambucanos e assim se iniciou o planejamento do que ficou conhecido simplesmente como projeto Dialogando. A primeira ONG contratada envolveu jovens como facilitadores e sistematizadores da consulta, a segunda ONG organizou a logística e o governo tardou três meses para liberar o recurso que finalmente possibilitou que o projeto fosse realizado em 12 etapas com duração de dois dias, sendo

uma etapa em cada Região de Desenvolvimento do Estado.

Um dos produtos desse projeto, o “Relatório Global” (PERNAMBUCO; 2007c), permite compreender a metodologia aplicada. Foram formados quatro sub-grupos em cada evento, estes trabalharam juntos durante um turno de cada dia. Nos sub-grupos foram construídas propostas, de modo que foi possível a repetição de uma proposta até quatro vezes em cada evento. As propostas deveriam fortalecer os potenciais ou reverter os problemas identificados pelos jovens. Durante as atividades, não houve um processo de escolha ou priorização de propostas. O “Caderno de Propostas” (PERNAMBUCO, 2007d) expõe todas as propostas registradas nas diferentes etapas do Dialogando, acrescentando uma numeração ao lado de algumas para indicar quantas vezes ela havia se repetido no evento de cada Região. Isto permitiu conhecer e contabilizar essas propostas, bem como deu condições para estabelecer uma certa hierarquia entre elas.

Apesar dos 12 eventos terem sido realizados entre os meses de julho e agosto de 2007, pode-se dizer que o Dialogando se encerrou somente com a entrega dos relatórios, em outubro do mesmo ano. Nestes relatórios não há menção a nenhuma proposta que tenha surgido por alguma via diferente do que havia sido planejado. As dificuldades observáveis ao longo do projeto também não são mencionadas nesses documentos dos quais se depreende, em ordem decrescente, demandas relacionadas com os

seguintes temas: educação, trabalho, juventude rural, cultura, esporte/lazer, segurança/violência⁹. No mesmo mês em que foram entregues os relatórios e a sistematização das propostas decorrentes do Dialogando, o projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 foi aprovado na Assembléia Legislativa¹⁰.

Orçamento-Juventude no PPA 2008-2011

Analisando os documentos que compõem o PPA 2008-2011, foi possível listar os Programas com Ações que podem gerar benefícios para jovens. No PPA, a Ação é a menor unidade de planejamento. O Anexo II do PPA desse período apresenta a descrição de todas as Ações, agrupadas em Programas. Para aferir o orçamento-juventude, considere os Programas que apresentam no mínimo uma Ação em benefício de jovens, quer seja exclusiva ou não. O exame do Anexo I, onde são apresentados os valores previstos para cada Programa, permitiu identificar os valores aqui apresentados. Os documentos analisados não apontam valores precisos para cada Ação, para tanto seria necessário analisar as Leis Orçamentárias Anuais.

De forma geral, o PPA 2008-2011 aponta preocupação com a juventude, o que fica evidenciado em diferentes trechos. Um exemplo pode

⁹ A análise detalhada destas demandas está presente em artigo precedente (BRANDÃO, 2009) e em minha dissertação (BRANDÃO, 2011).

¹⁰ Neste artigo, as informações relacionadas ao PPA 2008-2011 decorrem da análise da Lei Estadual 13.306 e seus anexos (PERNAMBUCO, 2007b).

ser encontrado à página 14 do Anexo I em que a violência entre os jovens é motivo de destaque e um gráfico indica a taxa média de mortalidade por homicídios da população total e dos jovens no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco. Em seguida, a população jovem é citada como prioridade do governo e o segmento juvenil masculino é apontado como sendo aquele que se encontra sob maior risco de morrer de forma violenta.

No anexo II, aparecem os programas e ações voltados à população considerada jovem que, para o governo de Pernambuco, são os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. Assim, onde a população adolescente aparece indicada como beneficiária da ação, também consideramos que as ações abrangem os jovens, posto que há uma intersecção entre a faixa etária considerada jovem e aquela considerada adolescente¹¹. Este anexo é dividido entre previsões para o ano de 2008 e para o período 2009-2011. A descrição das ações não se altera, sendo possível localizar ações em benefício de jovens em programas citados em diversos órgãos que juntos perfazem um total de R\$ 5,7 bilhões que leva a “fatia” do orçamento-juventude ao montante de 11,03% do total de despesas previstas para o período. A distribuição é melhor visualizada no gráfico a seguir.

¹¹ A legislação brasileira e as ciências sociais não determinam limites entre essas fases da vida. Para tratar o intervalo entre adolescência e juventude, tem se aplicado bastante o conceito de “jovens adolescentes” defendido pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Juventude para designar a parcela da população com idade entre 15 e 18 anos (BRASIL, 2005, NOVAES, 2006).



Observa-se a prioridade de despesas com educação (somatório das despesas previstas pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, à qual se vincula a Universidade de Pernambuco – UPE). Excetuando a educação, as prioridades do orçamento-juventude diferem bastante da ordem de demandas registradas no projeto Dialogando, como se vê na tabela abaixo.

Prioridades - Dialogando	Alocação - PPA 2008-2011
educação	Secretaria de Educação + Secretaria de Ciência, Tecnologia e M.A.
trabalho	Governadoria do Estado, à qual se vincula a Secretaria Especial de Juventude e Emprego
juventude rural	-
cultura	-
esporte/lazer	-
segurança/violência	Secretaria de Defesa Social + Secretaria de Desenvolvimento Social e D.H., à qual se vincula a FUNDAC

Orçamento-Juventude no PPA 2004-2007 e comparações com o período seguinte (2008-2011)

O PPA do período 2004-2007¹² não apresenta informações que apontem a atenção à população jovem como uma prioridade. O documento não destaca os jovens nem seus problemas, tampouco aborda possibilidades positivas encontradas em jovens. No entanto, o orçamento aprovado para 2004-2007 dispõe de um volume superior de recursos para ações que possam representar benefício para jovens. Esta observação não leva em consideração a correção monetária dos quatros anos que separam um documento do outro, o que elevaria ainda mais a diferença. No PPA 2004-2007, o orçamento-juventude representa 17,67% do total das despesas previstas, enquanto o PPA 2008-2011 reserva 11% para este fim.

Apesar do primeiro período analisado apresentar maior volume de recursos, o PPA 2008-2011 apresenta maior número de Ações que possam representar benefícios para jovens.

INDICADORES ANALISADOS	PPA 2004-2007	PPA 2008-2011
PROGRAMAS	33	31
AÇÕES	88	99

Analisando apenas os Programas, como podemos observar acima, temos uma pequena diferença de 2 Programas a mais em 2004-2007. Ao analisar a quantidade de Ações direcionadas à juventude, o PPA 2008-2011 possui 11 ações a mais, sugerindo uma maior atenção aos jovens.

¹² Neste artigo, as informações relacionadas ao PPA 2004-2007 decorrem da análise da Lei Estadual 13.306 e seus anexos (PERNAMBUCO, 2003)

Por outro lado, o número de Ações voltadas especificamente para jovens é significativamente superior no PPA 2004-2007, como vemos abaixo:

INDICADOR ANALISADO	PPA 2004-2007	PPA 2008-2011
AÇÕES ESPECÍFICAS	9	2

Alguns Programas que dispõem de Ações voltadas para jovens e aparecem nos dois períodos analisados, apresentam diferenças bastante notáveis; merecendo destaque a Agência do Trabalho que passou a contar com um orçamento 4 vezes superior, a FUNDAC¹³ que dobrou seu orçamento e a FUNDARPE¹⁴ que – pelo contrário – teve o orçamento reduzido a um terço do que dispunha no primeiro período.

De acordo com a metodologia aplicada para aferição do orçamento previsto para ações que possam gerar benefício para jovens, pode-se afirmar que o período que se estende dos anos 2004 a 2007 experimentou maior disponibilidade orçamentária que o período subsequente, 2008-2011. Entretanto, as preocupações à época da elaboração do segundo plano plurianual a que me refiro apontam maior importância para os problemas

¹³ Fundação da Criança e do Adolescente. Órgão originado de sucessivas mutações da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), cujo objetivo inicial era prestar assistência ao “menor abandonado e infrator”. A partir de dezembro/2008, o órgão passou a se denominar Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE). Cf.: <http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>. Acesso: 15/10/2012.

¹⁴ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, órgão executor da política cultural do Estado. Criado em julho de 1973, é responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico, bem como pelo incentivo à cultura na região. Cf.: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/fundarpe.php>. Acesso: 15/10/2012.

vividos pelos jovens. Isto indica uma severa contradição que pode ser elucidada em termos de uma nova preocupação: ampliar o discurso sobre jovens e reduzir as despesas com atividades voltadas para eles.

O PPA 2004-2007 é, portanto, superior em número de Programas direcionados para a juventude, Ações exclusivas, volume de recursos e percentual do orçamento-juventude em relação ao total dos investimentos previstos. O lugar de destaque ocupado pelas Ações de enfrentamento à violência (Secretaria de Defesa Social) e de ressocialização de jovens-adolescentes infratores (FUNDAC) reforça a importância da segurança pública na formulação da política de juventude. Os documentos apontam que o principal item de despesa é educação, em seguida aparecem a segurança pública e, com menor expressão, a saúde. As demais atividades representam investimentos residuais frente ao conjunto do orçamento. Esta priorização de despesas não é uma novidade do mandato iniciado em 2007, mas uma longa linha de continuidade que revela muito sobre as motivações governamentais para promover atividades com jovens.

O problema do medo

Dewey (1927) afirma que um problema se torna público quando sensibiliza pessoas indiretamente afetadas. Entre as características de um problema público nesta acepção, destaco que as pessoas sensibilizadas

tomam parte em iniciativas de resolução, passando a investigar causas, efeitos, responsáveis e alternativas de mudança, bem como se esforçando para fazer com que suas opiniões atinjam o maior número de interlocutores. Tendo passado a esta condição no Brasil há muito tempo, uma parcela da população jovem (os ditos jovens adolescentes) tem sido alvo de diferentes iniciativas visando a remediar situações de extrema pobreza, abandono e delinquência. Inicialmente a Igreja se engajou na busca deste remédio, influenciando também os juristas que elaboraram nosso primeiro Código de Menores, datado de 1927. Com alterações acrescentadas pelos militares em 1979, este Código vigorou até a afirmação de uma nova lei em 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – que reconhece crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos”. Todos os entrevistados com quem interagi concordam que os avanços legais no campo de ação com crianças e adolescentes lançaram as bases para uma política de juventude no país.

Entretanto, em Pernambuco, a longa história de ações governamentais visando a melhorar a vida de jovens revela algumas linhas de continuidade que remontam, no mínimo, ao primeiro mandato de Agamenon Magalhães nos anos 1930, passando pela criação da FEBEM¹⁵ na década de 1960 e programas de formação para o trabalho que, apesar de não serem

¹⁵ Fundação do Bem-Estar do Menor, o primeiro órgão estatal que se ocupou especificamente de parte de um segmento etário da população e assumiu a responsabilidade de assistência ao “menor abandonado e infrator”. Criado em 14/06/1966, o órgão passou por muitas mudanças, especialmente depois da aprovação do ECA. Assim, foi transformado em FUNDAC (Fundação da Criança e do Adolescente) em 1990 e FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) em 2008.

exclusivamente voltados para jovens, tinham nesse público seu principal alvo. Assim, as iniciativas pioneiras de atenção à população jovem foram marcadas pelos riscos associados a esse segmento da população.

Chegando ao século XXI, as ações em benefício de jovens se diversificaram e passaram a expressar também preocupações com o uso do tempo livre e a promoção do lazer, o que é notável no governo de Jarbas Vasconcelos (1999-2006) em ações como o “Festival da Juventude”. Pode-se afirmar que da ação estrita de contenção, o governo passou também a se preocupar com a ocupação dos jovens e sua adequação para o trabalho. Sob o mito de que “mente vazia é oficina do diabo”, os governos (não somente o pernambucano) buscaram universalizar as oportunidades de acesso à escola e diversificar ações complementares em diversos campos, com destaque para esporte e lazer.

Em que pese 1) a emergência do tema em documentos, eventos e discursos governamentais recentes, 2) a diversificação das atividades governamentais para jovens e 3) as diferentes condições vividas pelos jovens contemporâneos, a análise da política de juventude em Pernambuco revela que as ações governamentais nesse campo continuam orientadas por uma mesma preocupação. Nos termos propostos por Gusfield (2012/1996), pode-se dizer que o “dono” desse problema não é o governo nem o governador, mas sim o medo.

Os jovens entraram na agenda governamental de Pernambuco porque

amedrontam e pelo mesmo motivo se mantêm. Como já destacou Abramo (1997, p. 29): “a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade”.

O fetiche da participação

A Constituição Federal de 1998 (CF) determina a elaboração de planos de arrecadação e despesas, intitulados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) para a União, Estados e Municípios. Estes têm caráter autorizativo e não obrigatório; sua elaboração é responsabilidade dos poderes públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal avança na discussão do tema e, além de restringir despesas nas três esferas administrativas, define os instrumentos para a transparência dos atos administrativos e acrescenta que “A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular” (BRASIL, 2001, Art. 48, parágrafo único).

Contudo, esta participação está imersa em um processo de definição do orçamento público que não é devidamente conhecido. Da falta de conhecimento, depreende-se um questionamento central: como tornar efetiva a participação popular na gestão governamental sem saber quanto custam as atividades do governo? O problema se agrava nas políticas sociais,

onde os métodos de planejamento e gestão precisam ser aprimorados e antever, por exemplo: quanto custa alfabetizar uma criança? Quanto custa assentar uma família em propriedade rural e dar-lhe a assistência necessária para iniciar a produção e comercialização de bens que garantam uma vida digna? Quanto custa a redução de danos entre usuários de drogas e quanto isso reduz despesas com saúde? Quanto o governo arrecada? Qual é a parcela de arrecadação previamente comprometida? Perguntas como estas já foram sinalizadas por analistas, como Sicsú e Visotto (2007), e precisam ser respondidas de forma clara e transparente para que a sociedade disponha de elementos para opinar efetivamente sobre a alocação de recursos.

No entanto, como afirma Goffman (1959/2007), a manutenção da situação é o objetivo de qualquer equipe e para tanto é preciso controlar a informação, favorecendo a comunicação sobre alguns fatos e reduzindo a possibilidade de conhecer outros. Assim, acredito que em muitas iniciativas governamentais, a maior dificuldade em publicizar algumas respostas se deve ao risco de comprometer a imagem que a equipe de governo tenta manter de si mesmo. A revelação, por exemplo, de que a manutenção da equipe responsável por organizar uma consulta popular é o item mais caro de uma atividade desse tipo, ameaça a confiança do público na situação que essa equipe deve coordenar. Dessa forma, as informações sobre os custos de uma atividade como o projeto Dialogando são mantidas em segredo

não porque sejam incompreensíveis à maioria dos atores populares, mas porque podem destruir o respeito em relação à própria equipe investida pelo governo para coordenar a participação popular. A maioria dos participantes do projeto não soube quanto ele custou nem imaginou quanto custariam as sugestões propostas durante a consulta popular.

Estas observações levam a crer que enquanto a presença de jovens na cena público-administrativa for estimulada por meio do convite governamental para participar de consultas à população, suas performances representarão mais uma forma daquilo que Leal (2003) denominou “fetiche da participação popular”. A autora analisou duas gestões municipais de Recife (1986-1988 e 1993-1996) em que a participação popular passou a operar como algo fundamental para a administração pública, independente da relevância das informações produzidas por agentes externos. Os resultados desta indução governamental à participação popular nos casos analisados por Leal não asseguram que a gestão com participação tenha sido mais eficaz, mas confirmam que desde os anos 1990 o paradigma participacionista se consolidou na região. Como diria Foucault (1997), o discurso ganhou corpo técnico, institucional e metodológico, produziu um esquema próprio de comportamento, produção, transmissão, difusão, omissão e manipulação de informações que o mantem.

O fetiche aqui considerado não segue diretamente os cânones

marxistas de crítica ao valor-mercadoria, mas recupera uma noção de viajantes europeus (DE MAREES, 1605; VILLAULT, 1669) que ao se deparar com certos objetos, personagens e práticas nativas da África difundiram a ideia de que aqueles povos devotavam admiração e respeito exagerados ao que chamavam de “fetiches”. Os mencionados africanos julgavam que seus fetiches tinham poderes mágicos. Por analogia, George Sand afirmou em 1848 que “Cada tendência político-filosófica tem seu homem, seu fetiche que poderia salvar a República sozinho e sobre quem não é permitido duvidar” (SAND, 2011: 73). Transpondo para os dias atuais, a participação popular parece ser o fetiche do tempo presente e questionar sua eficácia só não é mais execrado do que criticar sua aplicação pelos governos.

No caso aqui enfocado, a presença de sujeitos que desconhecem os trâmites orçamentários e não discutiram previamente suas demandas reforça a ideia de que a iniciativa foi realizada para promover uma participação popular que não impacta a administração pública nem fortalece articulações sociais. Nos eventos que compuseram o projeto Dialogando, os sujeitos entraram e saíram do processo do qual se considera que eles participaram. Eles emitiram opiniões sobre diversos temas e assistiram à sistematização de propostas mais ou menos decorrentes de suas opiniões. Três anos depois, alguns nem lembravam que haviam participado.

Os gestores do órgão governamental responsável pela política de

juventude não acompanharam as discussões em tempo real e, em paralelo, elaboraram a proposta de Plano Plurianual que foi enviada à Assembléia Legislativa no mesmo mês em que os resultados da consulta popular chegaram às suas mãos. Aprovada sem grandes ajustes, a proposta de Plano Plurianual sofre, portanto, um anacronismo em relação às sugestões populares. Isto posto, percebe-se que não é por acaso que a ordem de prioridades no PPA 2008-2011 seja tão diferente da ordem de demandas decorrentes do projeto Dialogando. No entanto, como diria um deputado comunista que entrevistei e gestores dos mais diversos campos político-partidários que governaram Pernambuco nas últimas três décadas: “não se pode governar sem participação popular”; mesmo que esta participação seja esporádica e não defina nada ou quase nada, eu acrescentaria.

Para dizer como Goffman (2002, p. 12), a ideia de participação popular na gestão governamental desse Estado é um ponto de concordância entre diversos atores políticos, mesmo que a maioria deles saiba que “muitos fatos decisivos estão além do tempo e do lugar da interação, ou dissimulados nela”.

A espetacularização da política

“o mundo todo não constitui evidentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não é.” (GOFFMAN, 2002, p. 71)

Aludindo à metáfora dramatúrgica que postula que o mundo se assemelha ao teatro e cada indivíduo representa papéis adequados às situações e às plateias com as quais interage, tomo emprestado conceitos do universo teatral que fornecem pistas para compreender algumas práticas aqui analisadas.

Segundo Lyman e Scott (1975), a metáfora dramatúrgica tem sido bastante empregada em contextos disciplinares como os da filosofia, teoria literária, psicologia e antropologia, mas sua transferência para as ciências sociais se consolidou a partir do trabalho de Erving Goffman intitulado “A representação do eu na vida cotidiana”, cuja publicação original data de 1959. Algumas postulações anteriores, como as de Park (*apud* GOFFMAN, 2002, p. 27) e Mead (1973) acerca do comportamento humano face a outros seres humanos já tinham aberto o caminho para a análise de situações em que as intervenções de um indivíduo em meio a um público intencionam provocar determinadas reações. Mead (1973) sinaliza que mesmo que todos – inclusive o emissor – presenciem a mesma apresentação de sinais comunicativos, as reações podem ser muito diferentes. A intenção do emissor influencia bastante as reações. Goffman (2002, 2010) desenvolve a metáfora, esclarece alguns conceitos e emprega de modo pioneiro este referencial para analisar situações concretas de interação humana.

As situações cotidianas que Goffman aborda são, por analogia,

aplicáveis a atores políticos, indivíduos que – como todos – realizam diversas atividades fora dos palcos e passam a maior parte de seu tempo “fora de cena”. Os bastidores, as coxias e as salas de ensaio de um espetáculo guardam revelações sobre os atores de teatro e suas relações com o mundo; assim como gabinetes, corredores e salas de cafezinho abrigam conversas muito importantes para a tomada de decisões no âmbito da administração pública.

Observando por alguns anos atores políticos que se envolveram com o projeto Dialogando, posso afirmar que os papéis representados pelos jovens na “construção da política de juventude” se assemelharam, de modo geral, aos papéis de figurantes, cujas performances – por melhor que tenham sido – foram praticamente irrelevantes para o conjunto do espetáculo. Vale ressaltar que por mais esforço que os facilitadores tenham feito, a fala se concentrou em determinados atores que utilizaram diferentes sinais comunicativos, manejando bem o tom de voz, o vocabulário e os movimentos corporais que ratificavam suas mensagens. Dentre os demais participantes, muitos representaram um papel que se confunde com o de espectador.

Em qualquer espetáculo, os envolvidos se afetam mais ou menos. Alguns atores se influenciam pelo papel que representam. Os profissionais se prejudicam ou valorizam de acordo com a apreciação da plateia e dos

críticos. A sala de espetáculos também corre riscos. Os financiadores da encenação tentam produzi-la de modo a gerar interesse, assegurar audiência e, conseqüentemente, gerar algum proveito em benefício próprio. A plateia pode se sensibilizar com o que vê e ouve, mas geralmente ninguém termina de ver um espetáculo procurando os meios de mudar situações análogas à que acabou de assistir. Assim foi o projeto Dialogando, os eventos que o formaram foram importantes para algumas trajetórias individuais, a direção demonstrou satisfação com a performance de todos os participantes, os atores de importância intermediária se promoveram, os figurantes e a plateia provavelmente se impactaram de alguma forma, mas a vida da grande maioria dos jovens pernambucanos continuou seu drama sem alterações devidas a esta experiência.

A negação da dimensão conflituosa que poderia emergir entre os participantes no momento de escolher prioridades entre as propostas produzidas no âmbito do Dialogando reforça a ideia de que os eventos extraordinários possibilitados pelo projeto foram vividos mais como encontros espetaculares do que como momentos de reflexão. Finalmente, podemos dizer que nestes eventos não foram tomadas decisões relativas à política de juventude, estas se deram em círculo restrito, “fora de cena”, com menos atores e espectadores. Em um contexto em que não há clareza sobre quem são os antagonistas, duvido que possamos afirmar apropriadamente

a existência de protagonistas. Nos processos de tomada de decisão sobre as atividades do governo para jovens, os atores-chave no processo analisado foram aqueles que já haviam acumulado mais experiência e eram reconhecidos por grandes plateias; eles decidiram as prioridades de ação governamental, inclusive determinando a realização do espetáculo da participação popular na construção da política de juventude.

A pesquisa demonstrou que não foi a demanda popular que levou o governo a realizar o projeto Dialogando. O espetáculo já estava pautado em Pernambuco pelo diretor de um amplo teatro que é o governo estadual. Em outras palavras, a eleição de Eduardo Campos devia tributo ao legado de seu avô, Miguel Arraes, a campanha eleitoral de 2006 insistiu na ideia de que Campos asseguraria uma efetiva participação popular na administração pública, como seu avô havia pregado desde sua primeira gestão à frente da prefeitura da capital pernambucana (1959-1962) e durante seus três mandatos no governo estadual. Ao definir juventude como uma prioridade, tornou-se importante estimular a participação na proposição de meios para melhorar as condições de vida dos jovens. Como nas demais áreas apresentadas como prioritárias, registrou-se a participação, mas a maioria dos participantes do Dialogando não se tornou ator da política de juventude. Esta maioria esteve presente a um ou mais eventos e realizou uma performance orquestrada por agentes que momentaneamente representavam o governo. Em seguida,

este público voltou para casa e não se dirigiu mais a quem lhe convidara a participar. Como mencionei, alguns até esqueceram que haviam participado.

Todavia, a caracterização espetacular deste projeto não foi previamente arquitetada por aqueles que montaram o espetáculo e representaram o governo junto aos participantes. Os organizadores da consulta popular que acompanharam os eventos não agiram como “cínicos” (GOFFMAN, 1959/2002, p. 26). Pelo contrário, eles demonstraram acreditar na farsa. Eles esperavam que as sugestões colhidas durante os eventos servissem para alimentar reflexões sobre as prioridades de ação do governo. Esperavam também que a SEJE fortalecesse coletivos juvenis que participaram daqueles eventos, bem como contribuísse com a formação de outros e oferecesse meios para favorecer a atuação cotidiana destes grupos em seus territórios. No entanto, a definição das diretrizes de ação do governo se fez em um exercício de trabalho ordinário no qual os atores-chave eram os principais gestores do governo estadual e alguns técnicos habituados a planejar atividades de diferentes setores governamentais; estes profissionais provavelmente não ouviram nem leram relatos desta consulta popular.

O setor da SEJE responsável pela gestão da política de juventude não atuou de maneira decisiva na elaboração da proposta de plano plurianual de ação deste órgão. E, finalmente, o cadastro de participantes do projeto Dialogando só foi retomado meses depois, quando o governo novamente

mobilizou jovens para participar de mais uma consulta: a etapa estadual da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude (realizada em 2008), momento em que parte dos responsáveis pelo Dialogando se recusou a continuar montando o que se revelava como um espetáculo. Até o último ano do primeiro mandato do governador Eduardo Campos, quando foram criadas as primeiras Casas da Juventude - supostamente geridas por grupos juvenis e financiadas com recursos públicos -, o governo estadual não havia efetivado nenhuma ação contínua de apoio a coletivos juvenis do Estado.

Assim, a experiência analisada aponta para a constatação de que o poder de participar concretamente da construção de uma política não é uma concessão governamental dada ao povo. Enquanto a participação popular for tratada dessa forma, como um convite dos atores governamentais aos atores populares, ela não passará de espetáculo, no sentido postulado por Goffman. Os rituais de interação espetacular entre representantes do governo e da sociedade reforçam uma performance em que os “populares” não são exatamente atores, mas sim “espectadores”, como diria Boal (1998), ou seja, indivíduos que participam do espetáculo interagindo diretamente com um ou mais atores sem saber que integram uma representação.

Referências

ABRAMO, H. 1997. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6. Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados. p. 25-36.

_____. 2005. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania / Ed. Fundação Perseu Abramo. p. 37-72.

AVRITZER, L. 2003. O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: Um Balanço Crítico. In : AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (org.). *A Inovação Democrática no Brasil: O Orçamento Participativo no Brasil*. São Paulo: Cortez. p. 13-60

BOAL, A. 1998. *Jogos para atores e não-atores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRANDÃO, Marcílio D. 2009. Análise do Orçamento Estadual em Benefício de Jovens Pernambucanos”. In: REIS, Vânia (org.). *Juventudes do Nordeste do Brasil, América Latina e Caribe*. Teresina: EDUFPI, Coleção Jóvenes en el saber, n. 3.

_____. 2011. *La “politique de jeunesse” sous le signe de la participation populaire*. Mémoire (Master Sociologie Générale) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

_____. 2012. Da “moratória” à condição juvenil: estudos recentes acerca dos jovens no Brasil. *Entrelugares*: revista de sociopoética e abordagens afins. Vol. 4, n. 1. Fortaleza: UFC.

_____; BONFIM, Waneska. 2006. Eleições 2006 e as ações para as juventudes de Pernambuco. *De Olho no Parlamento*, n. 12. Recife: ETAPAS.

BRASIL, Senado Federal do. 2001. *Lei de Responsabilidade Fiscal*: texto comentado e atualizado. 2ª ed. Brasília: Senado Federal.

_____. Governo Federal – Ministério da Saúde, Área da Saúde da Criança e do Adolescente. *Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. 1996. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo: Modus Faciendi e Fundação Odebrecht.

DE MAREES, P. 1605. *Description et récit historial du riche royaume d'or de Gunea*. Amsterdam: Cornille Claeffon. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1045152>, acesso: 17/09/2012.

DEWEY, J. 1927. *The public and its problems*. Ohio: Swallow Press/Ohio University Press.

FOUCAULT, M. 1997. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOFFMAN, E. 2002. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes.

_____. 2010. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Vozes. [Trad.: *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. 1963]

GUSFIELD, J. 2012. Significations disputées: contester la propriété et l'autorité des problèmes sociaux. In: CEFAI, D.; TERZI, C. *L'expérience des problèmes publics*. Paris: EHESS (Coll. Raisons Pratiques, n. 22), 2012. p. 113-132.

IBASE/PÓLIS. 2005. *Juventude brasileira e democracia: participação esferas e políticas públicas – relatório final*. Rio de Janeiro: IBASE / São Paulo: Instituto Pólis. Disponível em: www.ibase.org.br, www.polis.org.br, www.idrc.ca, acesso: 10/09/2012.

LEAL, S. 2003. *Fetice da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*. Recife: Ed. do Autor / CEPE.

LUBAMBO, C. W. & COELHO, D. B. 2005. Governo e sociedade civil aprendem: o que revela a experiência recente de participação em Pernambuco? In: LUBAMBO, C. W.; COELHO, D. B. & MELO, M. A. (org.). *Desenho Institucional e Participação Política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.

LYMAN, S. & SCOTT, M. 1975. *The Drama of Social Reality*. New York: Oxford University Press.

MEAD, G. 1973. *Espíritu, persona y sociedad*. Barcelona: Paidós. [orig. 1934]

MIRANDA, H. da S. 2008. *Meninos, Moleques, Menores...* Faces da infância no Recife 1927-1937. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) UFRPE, Recife.

NOVAES, R. C. et al. 2006. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude / Fundação Friedrich Ebert.

PERNAMBUCO, Governo de. 2003. *PPA 2004-2007: Desenvolvimento com Inclusão Social*. Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003. Recife: Secretaria de Planejamento, 2003.

_____. 2006. *Plano de Ação 2007 – Secretaria Especial de Juventude e Emprego*. Recife: Secretaria Especial de Juventude e Emprego, 2006.

_____. 2007a. *Pacto pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública*. Recife, CEPE / Secretaria da Casa Civil, 2007. Disponível: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/portalsepe/pacto-pela-vida>, acesso 10/09/2012.

_____. 2007b. *PPA 2008-2011: Todos por Pernambuco*. Lei 13.306, de 1 de outubro de 2007. Recife: Secretaria de Planejamento e Gestão.

_____. 2007c. *Relatório Global – Projeto Dialogando: o governo do Estado ouvindo os jovens*. Recife: Secretaria Especial de Juventude e Emprego; ETAPAS.

_____. 2007d. *Caderno de Propostas*. Recife: Secretaria Especial de Juventude e Emprego; ETAPAS.

RUA, Maria das Graças. 1998. As políticas e a juventude dos anos 90. In: RUA, M. das G. (org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, 2 vols. Brasília: CNPD.

SAND, G. 2011. *Correspondance*, 1812-1876, T. 3 (1848-1853). Paris: Nabu Press.

SANGARI, Instituto. 2010. Sangari Notícias, 3/12/2010. Disponível: <http://noticias.sangari.com/pages/201012/Nove-meses-apos-lancamento-Mapa-da-Violencia-se-mantem-como-noticia-na-midia-15384.html>, acesso: 11/03/2011.

SICSÚ, João; VISOTTO, Carlos. 2007. A administração fiscal no Brasil e a taxa de juros. In: SICSÚ, J. (org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo.

SOUZA, R. M. 2008. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. 2003. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. N. 24, dez/2003. Campinas: Autores Associados. p. 16-39.

TOMMASI, Maria Livia de. 1997. *En quête d'identité: les luttes pour la défense des droits de l'enfant et de l'adolescent, au Brésil, et la question de la participation*. Tèse (Doctorat Sociologie) Université Paris I La Sorbonne, Paris.

VILLAUT, N. 1669. *Relation des Costes d'Afrique, appelle'es Guinee*. Paris: Denis Thierry. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k84358q>, acesso: 17/09/2012.

WASELFISZ, J. J. 1998. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. 2007. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007*. Brasília: RITLA / Instituto Sangari / Ministério da Ciência e da Tecnologia.

